**Problemas de casal**
*Antonieta Cádiz, Washington y Gustavo Stok*

Luiz Inácio Lula da Silva levantou a vista e buscou o olhar de George W. Bush. Logo depois, permitiu-se uns segundos de pausa no seu discurso para enfatizar a seguinte frase: “Estou convencido, presidente Bush, de que os Estados Unidos serão um sócio extraordinário neste empreendimento (dos biocombustíveis)”, disse o mandatário brasileiro. “Sua visita ao Brasil bem poderia resultar em uma aliança estratégica que nos permita convencer ao mundo de que todos podemos mudar a matriz energética.”

Eram as palavras que Bush tinha ido ouvir na cúpula presidencial celebrada no Brasil em março. Criticado na América Latina por ter reservado à região apenas um lugar marginal na agenda de política exterior, monopolizada pela guerra contra o terrorismo, o presidente norte-americano procurou na sua viagem pelo Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México alcançar vários objetivos de forma simultânea. A meta que levou todas as luzes foi a aliança com o Brasil para reduzir a dependência do petróleo no mercado interno dos EUA e, com isso, diminuir a influência de líderes opositores a Washington como o presidente venezuelano Hugo Chávez. Mas, por trás dessa aposta estelar, houve também outro objetivo mais velado: fortalecer as debilitadas relações que os EUA vêm mantendo com boa parte da América Latina nos últimos anos.

Esta aproximação será suficiente para começar a suturar as feridas e iniciar um melhor relacionamento? Entre muitos observadores da região, reina o ceticismo. Eles acreditam que esse tipo de aproximação, espasmódico e atento só aos temas de interesse de Washington, é uma continuidade da estratégia que levou o relacionamento a um crescente distanciamento. Claro, os problemas de casal sempre tem dois responsáveis. “Também não há uma agenda multilateral da América Latina para se relacionar melhor com os Estados Unidos”, diz Claudio Fuentes, diretor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), em Santiago.

Mesmo que América Latina se veja como a parte mais fraca deste distanciado casal, vários especialistas em Washington têm enfatizado a necessidade de que a região também realize uma mea culpa e reconheça as razões que têm desestimulado o interesse norte-americano. Peter Hakim, presidente do centro de análise política Diálogo Interamericano, tem apontado várias dessas carências. “A maioria dos governos latino-americanos tem completado só parcialmente as reformas econômicas e políticas necessárias para apoiar um crescimento robusto e saudável das instituições democráticas”, diz. Embora o PIB regional venha se recuperando desde 2003, os níveis de crescimento da América Latina não superam 5,5%, e isso contrasta com países como Índia, que registra mais de 6% de crescimento nos últimos 15 anos. Da comparação surgem indicadores contundentes que explicam o desinteresse norte-americano. “Muitos países latino-americanos estão presos numa armadilha de crescimento lento, uma conseqüência dos baixos padrões educacionais da região, do fraco investimento em tecnologia e infra-estrutura, e arrecadações de impostos irrisórias”, disse Hakim.

A pouca sedução que a América Latina exerce para atrair investimentos se expressa numa clara queda da porção norte-americana do Investimento Estrangeiro Direto (IED) que a região recebe. Enquanto no período 1990-1994 o investimento dos EUA representava 71% do total recebido pela América Latina, entre 1995 e 1999 essa proporção caiu para 39%. A participação norte-americana continuou caindo até 30% em 2004 e desde então se registrou uma recuperação parcial: segundo a Cepal, os EUA aportaram 35% do IED recebido pela região no ano passado. “Hoje a grande briga das economias desenvolvidas é com a Ásia e, antes disso, com a China”, diz Francisco González, professor de Estudos Latino-Americanos da Escola de Estudos Internacionais Avançados (Sais) de John Hopkins University, em Washington. “Comparada a essa região, a América Latina não tem muito a oferecer, não só em produção, mas também em relação ao tamanho do mercado doméstico.
Parte do espaço cedido pelos EUA no seu relacionamento com a América Latina está sendo ocupada pela União Européia (UE). Além dos acordos de livre comércio do Chile e do México com a UE, estão em andamento as negociações para um tratado similar com o Mercosul. E essas relações já registram resultados. Enquanto em 1990 o intercâmbio comercial entre a América Latina e a UE era de 43,9 bilhões de euros, em 2005 já alcançava 133,1 bilhões de

euros. O crescimento do comércio, no entanto, contrasta com a evolução do IED europeu na região. A UE concentrou quase um terço do total de investimentos recebido pela América Latina no ano passado, uma queda substancial frente aos 58% de 1999, quando as privatizações seduziam capitais europeus – majoritariamente espanhóis – no Brasil, Argentina e México, entre outras economias.

A solução tratado

As culpas dos problemas de casal entre América Latina e os EUA não se restringem ao baixo crescimento da região. “Os espaços de diálogo como a OEA não têm sido muito favoráveis para estabelecer agendas comuns, e então tendem a privilegiar agendas bilaterais muito particulares, como o tema da droga com Colômbia ou o comércio com Chile e Brasil”, diz Fuentes, da Flacso. Para os analistas, esta “bilateralização” é negativa porque há questões que só podem encontrar vias de solução a partir de um foco regional.

Um exemplo claro é o narcotráfico. “A redução da produção de coca na Colômbia fez aumentar nos últimos três anos a produção no Peru e na Bolívia”, diz Fuentes. “Por isso, há uma relação que envolve muitos países e é preciso buscar uma solução integral, assim como acontece no tema energético, no livre comércio, na propriedade intelectual.” A aposta bilateral é evidente em matéria comercial. Morta a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) frente à negativa liderada por Brasil de avançar com esse acordo enquanto os EUA não dêem sinais concretos de redução dos seus bilionários subsídios agrícolas, a assinatura de tratados como o Cafta com os países da América Central e da República Dominicana ou o acordo com o Chile – ao que poderia se somar proximamente Peru e Panamá – é a opção.

Mas a alternativa dos tratados de livre comércio (TLCs) está encontrando um freio na Colômbia. O escândalo de paramilitares e as denúncias sobre violações aos direitos humanos dirigidas ao governo de Álvaro Uribe estão travando a aprovação do TLC no Congresso norte-americano. “O fato de que os EUA digam que seguem apoiando o Plan Colombia, mas não através do livre comércio, mostra a imagem de um país que é um aliado estratégico só quando os temas lhe convêm, como por exemplo, o da área de entorpecentes”, diz González.

As idas e vindas da relação da América Latina com os EUA também estão refletidas na oscilante política da administração Bush em torno da questão migratória. O tema passou de ser uma prioridade no início da gestão a se converter na desculpa pela qual o governo norte-americano anunciou a construção de um muro de 1.123 quilômetros na fronteira com México.

A boa nova é um recente acordo entre senadores democratas e republicanos, que fixa as bases de um programa de trabalho temporário e estabeleceria um novo sistema baseado em méritos para os futuros imigrantes. Mesmo que o acordo ainda deva ser submetido a um debate muito mais profundo, este avanço serviria para aproximar novamente as posições e dar oxigênio político ao presidente Felipe Calderón. “A classe política em Washington poderia usar a experiência e os primeiros acertos do presidente Calderón para tentar obter o apoio da opinião pública (norte-americana) com o argumento de que o governo mexicano executa políticas positivas, mas precisa de mais apoio”, diz González. “Pode-se apresentar a mudança na política migratória como uma forma de consolidar o poder do México.”

A diferença do estreito relacionamento econômico de EUA e México –afiançada com a assinatura do Nafta –, e o que existe com o Brasil manteve historicamente uma posição mais distante. Mas hoje essas relações parecem cruzadas. “O tema do etanol é uma exceção nesta realidade de relações fracas com a América Latina: se conseguisse excluir as alíquotas sobre o etanol que aplicam os EUA, poderia haver uma mudança importante para o Brasil e também para outras regiões produtoras de cana-de-açúcar”, diz González. “Aos norte-americanos poderia interessar em termos de investimento direto áreas como a Bacia do Caribe, América Central, o sul do México e a Colômbia, já que produzir etanol a partir da cana-de-açúcar é muito mais eficiente do que fazê-lo do milho.”

Os sinais enviados por Washington nos últimos meses deixam claro que o Brasil é hoje o ponto de referência principal das relações diplomáticas dos EUA com a América Latina. Além da

aliança pelos biocombustíveis, também é claro o protagonismo do Brasil na rodada de Doha. Lá, com os EUA, União Européia, Japão e Índia, o Brasil forma parte do Grupo dos 5, que está preparando as futuras rodadas de negociação. Mas se o relacionamento entre Lula e Bush amadureceu, não poderá crescer até infinitamente. “O Brasil tem uma política dirigida à liderança no Terceiro Mundo e isso o impede de ter uma política muito próxima aos EUA”, diz Arthur Ituassu, analista da PUC do Rio de Janeiro. “Há caminhos para aprofundar a relação, mas não vejo perspectivas de queisso possa acontecer.”

Novos matizes

Além da aproximação ao governo Lula para fortalecer a liderança brasileira na região, outro dos caminhos traçados pela administração Bush para recuperar sua influência política é a assinatura dos TLCs. Ao contrário do que acontecia na década de 90, quando o Consenso de Washington imperava na América Latina, hoje o mapa político regional está coberto de matizes. Desde os governos de centro-esquerda como os de Lula, Michelle Bachelet e Tabaré Vázquez até a centro-direita liderada por Felipe Calderón e Álvaro Uribe, passando pela vertente nacional-populista encabeçada por Hugo Chávez, a América Latina apresenta diferentes posturas ideológicas e todas elas têm distintos modos de se aproximar dos EUA.

O alarme dos setores mais duros do governo Bush por um suposto giro à esquerda da região foi mudando, lentamente, para uma preocupação pelo eixo Chávez-Evo Morales-Fidel Castro. E esse alarme nem sempre foi canalizado da melhor forma. A estratégia de isolar a Venezuela não deu resultados e os EUA chegaram inclusive a cometer erros crassos como o apoio ao golpe de Estado que tirou Chávez do poder durante algumas horas em 2002. “Os EUA têm tratado o tema Chávez de uma forma reativa”, diz Cynthia Arnson, diretora do Programa para América Latina do Centro Woodrow Wilson, em Washington. “É obvio que não é muito o que os EUA podem fazer porque dependem do petróleo da Venezuela e se, além disso, os níveis de ajuda externa norte-americana à região estão cada vez mais baixos, é difícil competir com Chávez.”

Segundo Washington Office on Latin América (Wola), em 1997 os EUA aportavam em torno de US$ 600 milhões em ajuda social na região. Esta cifra cresceu até fechar 2000 em cerca de US$ 970 milhões. Mas o montante caiu drasticamente em 2001 – para US$ 692 milhões –, um indício evidente da mudança de prioridades norte-americana depois dos atentados terroristas. Desde então a ajuda se recuperou, mas está estancada em cerca de US$ 1 bilhão desde 2003.

O novo pacote de ajuda, anunciado por Bush antes sua viagem pela América Latina, elevará o aporte até US$ 2 bilhões anuais. É um salto, mas representa menos do que o Pentágono gasta em uma semana de guerra no Iraque.

O relacionamento está condenado, então, ao desinteresse e aos ruídos dos últimos anos? Para os analistas, há elementos que podem aplanar um caminho de aproximação. “Se houver uma mudança de orientação política nos EUA e os democratas chegarem ao governo, certamente haverá uma maior afinidade ideológica com vários países da região, o que permitirá um diálogo mais multilateral”, diz Fuentes, da Flacso. Outro fator que pode ajudar a despertar um maior interesse norte-americano é a crescente influência da China na América Latina.

De fato, o comércio latino-americano com a China se quintuplicou nos últimos dez anos e boa parte do superávit comercial registrado pela região está marcado pelo espetacular incremento das exportações de commodities para o gigante asiático. “Há um crescente dinamismo da economia latino-americana, graças ao crescimento chinês. Isso gera uma preocupação dos EUA, e um interesse em monitorar esse tipo de relação”, diz Fuentes.

Além da relação comercial, a China pode representar um aliado impensado para a região. De fato, o apoio chinês à redução dos subsídios agrícolas é uma das chaves da rodada de negociações de Doha. Mas, mesmo com todos os cruzamentos na relação durante os últimos anos, os EUA continuam sendo, de longe, o primeiro investidor na América Latina e o principal destino das exportações da região: entre 2000 e 2004, representaram 56,4% das ventas externas latino-americanas, segundo a Cepal.

E, segundo um informe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a América Latina recebeu no ano passado cerca de US$ 45 bilhões em remessas familiares – frente a US$ 30 bilhões em 2004 – provenientes de 12,6 milhões de imigrantes residentes nos EUA. Ruídos existem, mas a relação ainda tem fortes pontos de contato. É tarefa dos países latino-americanos e dos EUA fechar uma agenda proveitosa, mais além dos governos e muros que jogam para distanciar a relação.

**Disponível em: <http://www.americaeconomia.com>. Acesso em 25/6/2007.**